



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)
CAMPUS DE URUGUAIANA
CURSO CIÊNCIAS DA NATUREZA – LICENCIATURA



LUANA FAGUNDES DA SILVA

**POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL? UM
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Uruguaiiana
2019

LUANA FAGUNDES DA SILVA

**POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL? UM
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de
Curso do Curso de Ciências da Natureza –
Licenciatura da Universidade Federal do Pampa.

Orientadora: Fabiane Ferreira da Silva

Coorientadora: Cristiane Barbosa Soares

Uruguiana
2019

POR QUE PRECISAMOS FALAR SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL? UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA¹

Resumo: Este trabalho teve como objetivo investigar as percepções dos(as) acadêmicos(as) da Universidade Federal do Pampa acerca do assédio sexual, bem como visibilizar o assédio sexual na instituição. Realizamos uma Pesquisa de Opinião que utilizou como instrumento para coleta de dados um questionário *online*. Obtivemos um total de 1.151 devolutivas, analisadas quali-quantitativamente. Do total de participantes 187 sofreram assédio sexual, sendo que a maioria são mulheres. Para a maioria dos(as) participantes o assédio sexual caracteriza-se pelo comportamento de caráter sexual sem consentimento. Buscamos chamar a atenção para o assédio sexual na universidade, contribuindo para a visibilização e discussão do tema.

Palavras-Chave: Assédio sexual. Gênero. Universidade. Cultura.

WHY DO WE HAVE TO TALK ABOUT SEXUAL HARASSMENT? A STUDY INSIDE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Abstract: This study's goal was to investigate the university students' perceptions about sexual harassment as well as to help make visible the sexual harassment inside the institution. We performed an Opinion Poll that used an *online* questionnaire as a data collector. We obtained a total of 1.151 answers which were analyzed qualitatively and quantitatively. Of that total, 187 suffered sexual harassment, most of them being from women. To most participants, sexual harassment can be characterized as a non-consented sexual conduct behavior. We sought to draw attention to sexual harassment inside the university, contributing to the topic's further discussion and visualization.

Keywords: Sexual harassment. Gender. University. Culture.

1. Introdução

A presente pesquisa objetiva tratar de um tema contundente, mas ainda pouco explorado, trata-se do assédio sexual nas universidades, uma vez que as instituições de ensino superior vêm ignorando há muito tempo essa temática. A emergência do termo assédio sexual não é nova, pois segundo Alemany (2009), foram as feministas americanas da Universidade de Cornell, nos anos 1970, que designaram pela primeira vez o nome de *assédio sexual* para as condutas masculinas de ordem sexuais contra as mulheres no ambiente de trabalho. Porém, de acordo com autora, embora com todas as análises feministas somente nos anos de 1980 é que o assédio sexual foi considerado um fenômeno importante. Catharine MacKinnon foi a primeira a apresentar o assédio sexual no campo jurídico, no ano 1979, como forma de discriminação sexual (ALEMANY, 2009).

No Brasil, a criminalização do assédio sexual é recente, se dá partir da Lei n. 10.224, de 15 de maio de 2001 que altera o Código Penal de 1940. A partir disso, a Lei define o assédio sexual como “o ato de constranger alguém, com o intuito de obter

¹ Artigo organizado de acordo com as diretrizes para autores da revista Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade. Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/about>

vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 2001, online). Na cartilha desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o assédio sexual é definido como “a conduta de natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual” (BRASIL, 2017, p. 9). Já de acordo com a Comissão para Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) assédio sexual é “todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador”.

Portanto, o assédio sexual é caracterizado como um tipo de violência de ordem sexual que ocorre sem o consentimento da outra pessoa, podendo se manifestar de muitas formas e em diferentes locais. Um exemplo é o contexto universitário, uma vez que existem pesquisas que mostram que o assédio sexual está presente no meio acadêmico. Essas pesquisas apontam números alarmantes de assédio sexual contra mulheres, mostrando que o gênero feminino é o principal alvo desse tipo de violência.

Neste sentido, podemos atribuir essas práticas a sociedade patriarcal em que estamos inseridos(as), uma vez que o patriarcado é “um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições” (TIBURI, 2018, p. 26). Para Swain (2017, p. 63) “o patriarcado não é uma ideia abstrata: é a manifestação material e simbólica da dominação masculina através das instituições, da legislação, da religião nas práticas conduzidas pelos homens, pais, maridos, irmãos, filhos, vizinhos, namorados”. Nessa perspectiva, o homem vê o corpo feminino como um objeto de posse e quando colocamos a mulher na posição de objeto alimentamos o termo *cultura do estupro*, a qual “ensina que os homens devem aproveitar toda e qualquer oportunidade de consumação sexual, e, que, muitas vezes, as mulheres que dizem não apenas o dizem por que são ensinadas a não dizer sim na primeira vez, e que cabe a eles „transformar“ aquele não em um sim” (SOUSA, 2017, p. 5).

Vale destacar também que essas práticas são estruturadas a partir de determinadas representações de gênero produzidas sócio-historicamente, atreladas às questões de classe social, raça, etnia. Tiburi (2018, p. 73) traz que “gênero é um termo que ficou muito conhecido a partir dos anos 1970, quando passou a ser usado como categoria de análise”. A desigualdade de gênero é um fator importante para entender essas situações, já que a cultura do estupro é atribuída ao comportamento das mulheres. Desde muito cedo as mulheres aprendem que tipos de roupas podem usar, de que maneira devem se comportar, em quais lugares podem ir, como devem agir em público, etc. E é assim que a cultura do estupro vai “depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual” (SOUSA, 2017, p. 5).

Considerando as questões apresentadas desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de conhecer as percepções dos(as) discentes da Universidade Federal do Pampa acerca do assédio sexual. Além disso, buscamos identificar casos de assédio sexual na instituição, bem como, possibilitar reflexão sobre o tema. A Unipampa é uma jovem universidade que teve a sua implementação em 2006, está distribuída em 10 cidades do interior do Rio Grande do Sul, configurando-se em uma instituição multicampi. Segundo dados coletados em 2017 a universidade conta com 64 cursos de graduação e

48 de pós-graduação, totalizando aproximadamente 13 mil estudantes (UNIPAMPA, 2018).

Para apresentar os dados produzidos organizamos o artigo em três seções. Inicialmente apresentamos a metodologia utilizada para a produção dos dados produzidos por meio de questionário *online*. Na sequência analisamos os dados organizados em três categorias de análise. Para finalizar o artigo, apresentamos as considerações finais destacando as sugestões dos(as) participantes do estudo no que diz respeito a prevenção e combate do assédio sexual na universidade.

2. Aspectos metodológicos

A presente pesquisa tem caráter exploratório e apresenta abordagem quali-quantitativa, esses métodos apesar de diferentes se complementam para a melhor compreensão da realidade social (MINAYO; SANCHES, 1993). Assim, este trabalho ancora-se metodologicamente na Pesquisa de Opinião Pública, que segundo Lippmann é definida como:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Para a produção dos dados de pesquisa elaborou-se um questionário *online* contendo perguntas objetivas e descritivas sobre assédio sexual. O questionário foi criado pelas pesquisadoras e disponibilizado através da plataforma *Google forms*, aceitando respostas por sete dias. Para ilustrar, mostramos uma tabela com as perguntas do questionário.

Questionário <i>online</i> :
1. Gênero: () Feminino () Masculino () Prefiro não responder () Outros
2. Idade:
3. Cor ou raça () branca () amarela () indígena () parda () preta () sem declaração
4. Estado civil () solteiro/a () casado/a () viúvo/a () separado/a () união estável () divorciado/a () prefiro não dizer
5. Qual seu campus? () Alegrete () Bagé () Caçapava do Sul () Dom Pedrito () Itaqui () Jaguarão () Santana do Livramento () São Borja () São Gabriel () Uruguaiana
6. Qual seu curso de graduação ou pós-graduação?
7. O que você entende por assédio sexual?
8. Você acredita que o assédio sexual acontece por qual(quais) motivo(s)?
9. Você sabia que 86% das vítimas de assédio são do gênero feminino? () Sim () Não
10. Você já presenciou algum caso de assédio sexual na universidade? () Sim () Não
11. Você tem conhecimento de algum caso de assédio sexual na universidade? () Sim () Não
12. Você já sofreu assédio sexual na universidade? () Sim () Não () Prefiro não responder
13. Se você respondeu SIM na questão acima, quais os sentimentos que você vivenciou ao sofrer o assédio sexual no contexto universitário?
14. Se você sofreu assédio sexual no contexto universitário, você fez a denúncia?

15. Se você denunciou o assédio sexual sofrido, onde foi feita a denuncia?
16. Se você fez a denuncia, houve interesse da universidade em solucionar o caso?
17. Qual seria a sugestão que você daria para tornar o ambiente universitário um espaço mais seguro e livre de assédio sexual?

Para a divulgação da pesquisa entre os(as) discentes foi enviado link do questionário por e-mail através de uma lista de transmissão que contém o e-mail dos(as) discentes de todos os campi. A utilização de questionários *online* deu-se pela facilidade no uso de ferramentas virtuais para a coleta de dados já que atualmente a maioria dos sujeitos tem acesso à internet. Para Castells (2003, p. 4) “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”.

No que diz respeito às questões éticas, destacamos que na pesquisa de opinião pública² o(a) pesquisador(a) não tem a possibilidade de identificar os(as) participantes da pesquisa. Desse modo, os(as) discentes da Unipampa foram convidados a responder um questionário *online* totalmente anônimo, o qual não gerou informações que pudessem identificar o(a) participante, preservando assim a sua identidade e integridade.

3. Análise dos dados

Participaram da pesquisa 1.151 discentes representando 8,85% dos(as) 13.000 alunos(as) da instituição, segundo dados do Plano de Dados Abertos (PDA) disponível no site da universidade (UNIPAMPA, 2018). O questionário foi disponibilizado no dia 08 de abril de 2019 às 21h e encerrado no dia 15 de abril de 2019 às 21h. Vale destacar que nas primeiras 24 horas de envio do mesmo, obtivemos 970 respostas, o que nos possibilita pensar que as pessoas sentem a necessidade de falar sobre o assédio sexual no contexto universitário, o que confere ao tema a importância de ser debatido no contexto acadêmico.

Inicialmente, o questionário foi convertido em uma planilha do *Excel* e as respostas foram identificadas com números de 1 a 1.151 (total de participantes do estudo). Para identificação dos(as) participantes da pesquisa, os questionários além de numerados, foram identificados com a letra F (participante do gênero feminino), M (participante do gênero masculino), T (participante do gênero transexual) e NI (participante que preferiu não identificar o gênero), antecedendo cada número de identificação.

A análise dos dados foi feita de duas formas, as questões fechadas foram analisadas quantitativamente, a partir dos gráficos gerados pelo *googleforms*. Os dados abertos foram explorados na sua totalidade considerando gênero e campus, compreendendo a leitura atenta para o estabelecimento de categorias e interpretação dos dados. Os dados foram organizados em três categorias de análise: perfil dos(as) participantes do estudo; percepções acerca do assédio sexual e percepção dos(as) participantes que sofreram assédio sexual, as quais serão apresentadas a seguir.

Perfil dos(as) participantes do estudo

² Cabe destacar que a presente pesquisa não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa, uma vez que pesquisas de opinião pública com participantes não identificados não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP (Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016).

Nesta seção apresentamos o perfil dos(as) participantes do estudo a partir das respostas obtidas nas questões 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 12.

De acordo com os dados coletados quantitativamente, dos 1.151 participantes, 801 (69,6%) são do gênero feminino, 337 (29,3%) do gênero masculino, 3 (0,2%) transexuais e 10 (0,9%) preferiram não responder, com idades entre 16 e 62 anos.

Do total de discentes que responderam ao questionário, 845 (73,4%) declararam ser solteiros(as), 154 (13,4%) casados(as), 102 (8,9%) união estável, 22 (1,9%) divorciados(as), 6 (0,5%) separados(as), 2 (0,2%) viúvos(as) e 20 (1,7%) preferiram não responder.

No que diz respeito à cor ou raça, 842 (73,2%) participantes declaram branca, 177 (15,4%) parda, 89 (7,7%) preta, 6 (0,5%) amarela, 2 (0,2%) indígenas e 35 (3%) preferiram não declarar. A partir desses dados podemos observar que a desigualdade no acesso à educação superior ainda está presente, já que dos 1.151 participantes da pesquisa 266 declararam cor/raça preta ou parda. Esse dado nos possibilita estabelecer aproximações com os dados do IBGE divulgados em 2018, os quais mostram que de toda população brasileira apenas 33,4% de pretos e pardos ingressaram no ensino superior (BRASIL, 2018), dado esse que não reflete o fato de que a maioria da população brasileira se autodeclara preta ou parda, dados do IBGE mostram que em 2016 o percentual da população autodeclarada preta e parda era de 54,9%, enquanto branca era 51,6%. (BRASIL, 2018).

Todos os campi da UNIPAMPA foram representados por pelo menos um curso de graduação e/ou pós-graduação. Cabe destacar que, Uruguaiana foi o campus com mais participação, contando com 240 participantes (20,9%), seguido de Bagé com 176 (15,3%), Santana do Livramento com 126 (10,9%), São Borja com 124 (10,8%), Alegrete com 111 (9,6%), Jaguarão com 98 (8,5%), Itaqui com 87 (7,6%), São Gabriel com 74 (6,4%), Dom Pedrito com 65 (5,6%) e Caçapava do Sul com 50 participantes (4,3%).

Dos(as) 1.151 participantes, 902 (78,4%) responderam que não sofreram assédio sexual no contexto universitário, enquanto 187 (16,2%) afirmaram já ter sofrido assédio sexual e 62 (5,4%) preferiram não responder. Analisando mais detalhadamente o número de participantes que foram vítimas de assédio sexual, percebemos que do total de 187 pessoas, 158 (84,5%) são do gênero feminino, dado este que se aproxima de pesquisas que mostram que a maioria das vítimas de assédio sexual são mulheres. Cabe destacar que dos três transexuais que participaram do estudo, dois sofreram assédio sexual. A universidade deveria ser um local de acolhimento, respeito e educação com o próximo, mas nem sempre a realidade é essa, pois esses dados evidenciam que o assédio sexual está presente no contexto universitário.

A discussão e visibilização de casos de assédio sexual no ambiente universitário têm crescido nos últimos anos, para ilustrar, destacamos o documentário *The Hunting Ground*, que aborda o número expressivo de casos de estupro nas universidades americanas, revelando que uma em cada cinco universitárias americanas são ou serão vítimas de abuso sexual. No Brasil, a pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário, na qual 60% dos(as) entrevistados(as) foram mulheres, revelou que 14% dos(as) participantes do estudo conhecem casos de mulheres estupradas, 11% das participantes sofreram tentativa de abuso sob o uso de bebida alcoólica e 28% delas já sofreram algum outro tipo de assédio sexual, como ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar um

veterano, etc., e 70% das mulheres já sofreram violência psicológica, moral, física ou sexual (INSTITUTO AVON, 2015).

A visibilização e repercussão de casos de assédio sexual nas redes sociais, nos programas de televisão, nos documentários, bem como, nas produções teóricas e desenvolvimento de pesquisas é crescente, porém, vale destacar que muitas pessoas ainda não sabem identificar o assédio sexual, isto é, são assediadas e não percebem.

Percepções acerca do assédio sexual

Nessa seção vamos analisar as percepções dos(as) participantes acerca do assédio sexual no contexto universitário. Para compor essa categoria de análise utilizamos as questões 7, 8, 9, 10 e 11.

A pergunta *o que você entende por assédio sexual?* foi respondida por todo(as) os(as) participantes do estudo, emergindo respostas curtas e longas. Dentre as respostas curtas as percepções que apareceram com mais frequência foram: *abuso, ato sem consentimento da vítima, abuso de poder, constrangimento, desrespeito, tudo que vem depois do não*. Para ilustrar as respostas mais elaboradas destacamos:

F3: *Entendo como uma investida de conotação sexual, não aceitável e não solicitada, ofertas de favores sexuais, busca de contatos físicos ou verbais que estão envolvidos em uma atmosfera hostil e ofensiva.*

F98: *Assediar uma pessoa, fazer comentários ou tocar na pessoa sem o devido consentimento, violar a pessoa de alguma forma seja verbalmente ou fisicamente.*

T97: *Qualquer coisa que viole a privacidade corporal do outro.*

M8: *Tentativa de intimidade física ou verbal sem a permissão da vítima.*

F942: *Situações em que ocorre comportamento indesejado de uma pessoa com outra, por meio de comentários e ações de conotação sexual, desrespeitando e constrangendo a outra pessoa.*

M40: *Abuso ou qualquer ato de conotação sexual sem permissão ou consentimento de uma parte.*

Ao analisarmos essas respostas percebemos que os(as) participantes do estudo apresentam entendimentos sobre o assédio sexual que se articulam com o que está definido pela Lei 10.224/2001 e por outros órgãos aqui mencionados. Podemos perceber que na maioria das respostas os(as) participantes trazem a palavra consentimento que é um dos termos principais quando tratamos de assédio sexual, pois devemos lembrar que é caracterizado assédio sexual tudo que é feito sem o consentimento de outra pessoa, ou seja, comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física que de alguma forma intimide, constranja ou afete a dignidade da outra pessoa.

Além disto, outra resposta que emergiu com frequência foi *abuso de poder*, o que nos leva a pensar que o assédio sexual muitas vezes acontece no ambiente de trabalho, na universidade e em outros lugares partindo de relações hierárquicas. Vale destacar que na maioria das vezes a vítima é uma mulher e essa vulnerabilidade está

relacionada com as representações de gênero presentes em uma sociedade patriarcal. Em outras palavras Bandeira (2017, p. 22) diz que “é necessário reconhecer que a violência contra a mulher é uma força social herdada da ordem patriarcal e dotada de capacidade estruturante da realidade social”.

Diversos estudos evidenciam que a maioria das vítimas são do gênero feminino, a exemplo da pesquisa feita pela ActionAid de 2016 que revelou que 86% das brasileiras já sofreram violência sexual ou assédio em espaços públicos, destas 77% ouviram assobios, 57% comentários de cunho sexual, 39% xingamentos, 50% foram seguidas, 44% tiveram seus corpos tocados, 37% tiveram homens que se exibiram para elas e 8% foram estupradas (ACTIONAID, 2016). Nesse sentido, quando questionados(as) se tinham conhecimento desses dados, dos(as) 1.151 participantes, 1.005 (87,3%) afirmaram ter conhecimento, enquanto 146 (12,7%) não tinham conhecimento.

A partir das respostas obtidas podemos ver que a maioria dos(as) participantes da pesquisa tem conhecimento de que a mulher é a principal vítima quando se trata de assédio sexual. Segundo Bandeira (2017, p. 21), “a cada minuto, alguma mulher sofre um tipo de violência: um assédio no local de trabalho, um estupro, um assassinato, uma mutilação. Outras podem estar sendo brutalizadas, barbarizadas, ou vivendo sob a ameaça”. Para as mulheres realizar atividades cotidianas, como caminhar nas ruas, ir à faculdade, ir a festas torna-se uma tarefa difícil, pois o assédio é quase inevitável, uma vez que as mulheres são vítimas de uma sociedade machista que priva seu direito de ir e vir. Dados obtidos pela pesquisa realizada pelo Think Olga em agosto de 2013, mostram que 99% das 7.762 mulheres que responderam ao questionário já foram assediadas alguma vez na vida (THINK OLGA, 2013).

No que diz respeito ao questionamento número 10, *você já presenciou algum caso de assédio sexual na universidade?* 802 (69,7%) participantes afirmam não ter presenciado, enquanto 349 (30,3%) participantes responderam que já presenciaram. Porém, quando questionados se os mesmos têm conhecimento de algum caso de assédio sexual no contexto universitário 633 (55%) afirmaram ter conhecimento, enquanto 518 (45%) responderam não ter conhecimento. Esses dados evidenciam que o assédio está presente no contexto universitário, porém, conforme já anunciamos anteriormente, muitas vezes certas atitudes não são reconhecidas como assédio sexual, o que pode ter influenciado nas respostas.

A pesquisa Instituto Avon/Data Popular (2015) constatou que os homens não reconhecem um conjunto de violências por eles praticado rotineiramente. De um total de 729 homens que participaram da pesquisa apenas 2% admitiram de forma espontânea ter cometido algum ato de violência, só que, diante de uma lista de situações violentas, esse número subiu para 38%. Para 27% deles, não é violência abusar sexualmente de uma garota alcoolizada; para 35% deles, não há violência no ato de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes, por exemplo, nos trotes universitários e em rankings sexuais; e 31% deles não veem problema em repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização delas.

Em 2015, 45.460 casos de estupro foram registrados no Brasil, ou seja, 22,2 casos a cada 100 mil habitantes, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016 (BRASIL, 2016). Cabe destacar que os casos registrados de estupro são subnotificados, pois representam entre 10 e 15% do total (BRASIL, 2016).

Considerando esses dados, buscamos conhecer na percepção dos(as) universitários(as) quais seriam as motivações para o assédio sexual. Desse modo, uma

das questões do questionário indagava *“você acredita que o assédio sexual acontece por qual(uais) motivo(s)?”*. Nessa questão emergiram palavras como: *abuso, abuso de poder, desrespeito, machismo, cultura, cultura do estupro, dominação, falta de caráter*. Dentre as respostas longas emergiram:

F16: *A educação machista que é passada para os homens.*

F18: *A forma na qual a sociedade defende, ainda que de forma sutil, que a mulher é uma propriedade do homem e deve ser submissa a ele, está tão enraizada no cotidiano que age de modo indireto e influencia na criação de homens e mulheres. Enquanto os homens aprendem desde pequenos a dominar o outro, a ignorar o “não”, a conquistar e ser agressivo, a mulher aprende que tem que permitir que o ser masculino realize seu papel. Os homens crescem aprendendo a desrespeitar limites, enquanto às mulheres cabe lidar com esse desrespeito e se submeter a esta violência cotidiana.*

M20: *A mentalidade machista e suas consequências.*

Para a maioria dos(as) participantes do estudo o machismo ainda está bastante presente. Muniz (2017, p. 42) diz que “o vergonhoso machismo ainda permanece entranhado no imaginário social, informando os modos de pensar, sentir e agir dos brasileiros e, paradoxalmente, ainda de muitas brasileiras”. As práticas machistas ensinam homens desde sua infância que devem ser os controladores das situações, que podem fazer o que quiserem e que as mulheres devem submeter-se a essas práticas. Nesse contexto, persiste no imaginário social o entendimento de que o homem é dotado de uma sexualidade exacerbada e incontrolável e que, portanto, cabe à mulher agir adequadamente para não *atiçar* os instintos masculinos e deste modo evitar um possível assédio e estupro. Como podemos perceber nos seguintes excertos:

M173: *Desejo sexual.*

M457: *Hormônios descontrolados.*

M398: *Falta de respeito e limites, maneira de vestir (short, mini-saia, roupas que mostram muito decote...) e vários tipos de compulsões.*

Para Hampe (2016, p. 19), as mulheres são “constantemente ensinadas de que a violência é inerente ao masculino e que cabe a nós mulheres, ensinarmos as nossas filhas e filhos: „Prendam suas cabritas, pois meu bode está solto“”. Nessa perspectiva, as ações dos homens são naturalizadas e a mulher culpabilizada pela violência sofrida. Tais entendimentos fazem parte do que é denominado *cultura do estupro*, ou seja, “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUSA, 2017, p. 13).

A cultura do estupro nada mais é que um termo utilizado para tratar das formas que a sociedade culpa as mulheres vítimas do assédio sexual e normaliza/naturaliza o comportamento dos homens. Legitimando discursos como: *mas ela estava de saia curta, mas ela estava indo para uma festa, mas ela não deveria andar sozinha à noite, mas ela estava pedindo, mas ela estava provocando, mas ela bebeu demais*, estes são alguns exemplos de argumentos usados na cultura do estupro. Harris (2017, p. 269) diz

que “quando adotamos uma abordagem relacional, percebemos que a culpabilização da vítima, tão comum quanto o próprio ato criminoso, tem raízes profundas e disseminadas em várias culturas”.

Com base em uma sociedade estruturada nas relações de poder as mulheres são assediadas nas ruas, no trabalho, na universidade, em casa e estas situações são naturalizadas e romantizadas de forma que muitas vezes as mulheres não percebem esses atos como assédio. Alguns homens também não reconhecem o assédio sexual nas suas práticas e ainda culpabilizam as mulheres pela violência sofrida, como podemos ver em uma pesquisa do IPEA de 2014, que mostrou que 26% dos brasileiros concordam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (BRASIL, 2014, p. 23).

Percepções dos(as) participantes que sofreram assédio sexual no contexto acadêmico

Nessa seção analisaremos as perguntas 13, 14, 15 e 16. Destacamos que essas questões eram destinadas apenas aos(as) participantes que já sofreram assédio sexual no contexto universitário, sendo assim não eram questões obrigatórias.

Na questão número 13, os(as) participantes foram questionados(as) sobre os sentimentos que vivenciaram ao sofrer assédio sexual. Nessa questão obtivemos um total de 214 respostas, o que indica que provavelmente algumas das pessoas que preferiram não responder à questão de número 12 optaram por responder esta. Emergiram com mais frequência as seguintes palavras: *constrangimento, nojo, vergonha, impotência, culpa, tristeza, raiva, insegurança, fragilidade, angústia, frustração, indignação*, dentre outras.

É importante ressaltar que o assédio sexual é uma modalidade de violência que gera nas vítimas vários tipos de sofrimentos, físicos e psíquicos. De acordo com a cartilha elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o assédio sexual pode provocar as seguintes consequências:

[...] estresse, depressão, irritabilidade, ansiedade, esgotamento profissional, fadiga crônica, alcoolismo, insônia, dores musculares, pressão alta, aumento de peso ou emagrecimento exagerado, redução da libido, entre outros. Esses danos podem evoluir para uma incapacidade laborativa e até mesmo a morte, constituindo um risco invisível, mas real (BRASIL, 2016, p. 15).

Além das respostas em que os(as) participantes colocaram apenas palavras, também recebemos respostas como:

F75: *Eu me senti um lixo, pois ele me olhava diferente nas aulas, desde que me chamou pra sair no Facebook, e queria saber se eu era virgem, dizendo que era pra sairmos como adultos, que ele estava separado e precisando de uma mulher.*

T130: *Me senti muito constrangido. Quase fui estuprado.*

F103: *Impotência e medo, pois é um local q tu “sonha” que vai estar segura, que tu acredita que todas as pessoas respeitam o próximo, tem um entendimento melhor de convívio em sociedade civilizadamente e acaba que não, tudo que acontece fora do contexto universitário, acontece dentro também! É péssimo, quando tu se dá conta tu tá*

cuidando a roupa que está vestindo, as pessoas que tu conversa, a frequência com que ri (pra n acharem q tu tá dando mole) entre outras coisas...

Essas narrativas evidenciam que o ambiente universitário é um espaço hostil, e nos levam a pensar que por esses motivos muitas universitárias deixam de realizar suas atividades acadêmicas, pois todas essas situações causam medo, desconforto e podem afetar a vida acadêmica da vítima.

Segundo dados obtidos pela pesquisa do Instituto Avon (2015) que entrevistou 1093 mulheres, 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% afirmaram ter deixado de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência, contraditório do que se espera de um ambiente universitário que deveria preconizar a interação, educação e respeito (INSTITUTO AVON, 2015).

O assédio sexual é manifestado de muitas formas, tais como através de cantadas, piadas e ameaças. Esses tipos de comportamentos se enquadram na cultura do estupro, e tem sérias consequências, ferem os Direitos Humanos, em especial o direito das mulheres. Nesse contexto, muitas mulheres que sofreram assédio sexual internalizam o sentimento de culpa, passando a questionar suas atitudes, seu jeito de vestir, seu comportamento, etc. Como já mencionado, na maioria das vezes a própria mulher se culpa por sofrer o assédio sexual, como podemos observar na seguinte resposta:

F438: Um sentimento de culpa, repensei minhas atitudes e minhas roupas. Sempre antes de ir para a universidade eu repenso nas roupas e nos lugares dentro da universidade que eu frequentarei.

Segundo o site Think Olga, um em cada três brasileiros culpa a mulher em casos de estupro. (THINK OLGA, 2018). A mulher é ensinada a pensar desde cedo como deve se comportar, como deve se vestir, o que podem ou não fazer. É preciso desconstruir esse tipo de pensamento, em que a mulher é culpada por sofrer o assédio, parar de naturalizar esses casos, pois não é pela roupa, pelo comportamento, pelo local, a mulher é vítima em qualquer uma dessas situações.

Embora a maioria das vítimas sejam mulheres, não significa que homens não são vítimas de assédio sexual e estupro. Nos resultados obtidos pelo questionário tivemos respostas do gênero masculino e dos 337 (29,3%) participantes, 27 (8,01%) afirmaram ter sofrido assédio sexual. Dentre as respostas à maioria que respondeu usou a palavra *desconforto* como o sentimento que teve ao vivenciar o assédio sexual. Entre as respostas mais elaboradas, destacamos:

M70: Desconforto, não sabia o que dizer e se era real o que estava acontecendo.

M53: Apenas ignorei, pois o homem é sempre forte o suficiente pra aguentar quieto.

M83: Falta de respeito.

Quando tratamos do assédio sexual com o gênero masculino devemos lembrar que algumas vezes é difícil para os homens falar sobre esse assunto. A vergonha, o medo, a incapacidade de reconhecer o que aconteceu, a dificuldade de se ver na posição de vítima são alguns fatores que dificultam abordar essas temáticas com os homens,

porém como podemos ver o assédio sexual também está presente no cotidiano masculino mesmo que com menos frequência do que para as mulheres.

Vale destacar que a fala do participante M53 nos leva a pensar na representação de masculinidade que pressupõe que o homem deve ser forte o suficiente para aguentar quieto o assédio sofrido, uma vez que a discordância com a situação pode colocar a sua sexualidade em xeque. Esse pensamento é algo imposto pela sociedade, na qual é ensinado aos homens que a expressão dos seus sentimentos é geralmente um sinal de fraqueza e vulnerabilidade. Trata-se, portanto, da produção das masculinidades na sociedade, que envolve um conjunto de fatores que designam o que significa ser e agir como homem.

Na análise dos questionários percebemos que as mulheres que foram vítimas de assédio sexual experimentaram diversos sentimentos que se articulam a não realização da denúncia, como podemos ver nas seguintes falas:

F88: Fiquei me sentindo péssima, mas não tive coragem de denunciar, pois a pessoa tem um cargo acima do meu na universidade e tive medo de ser rejeitada na universidade e a pessoa sair impune, ou seja, apenas eu sofrer as consequências.

F437: Uma sensação de não querer presenciar mais aquele ambiente com aquela pessoa. Porém, na maioria destes casos, em que o assediador pode ser seu colega de emprego, seu superior, ou semelhantes, não há esta alternativa.

Nessas narrativas aparece a questão hierárquica, em que o assediador é superior hierarquicamente em relação à vítima, o que torna a denúncia ainda mais difícil. A denúncia é algo complicado para as vítimas, pois envolve muitos sentimentos, como medo de sofrer retaliação, vergonha, constrangimento, além disso, muitas vezes as vítimas de assédio sexual sofrem uma segunda violência ao fazer uma denúncia, em razão da culpabilização das vítimas ou julgamentos que duvidem do assédio sexual na ausência de provas.

Nesse sentido, entrando na questão que tratava da denúncia do assédio sexual obtivemos 225 respostas, em que 158 (70,22%) afirmaram não ter denunciado, 38 (16,88%) preferiram não responder e apenas 29 (12,88%) afirmaram ter realizado a denúncia.

Vale destacar a existência da Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013 que ampara vítimas de assédio sexual e é conhecida como a *lei do minuto seguinte* (BRASIL, 2013, online). A Lei dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, porém em algumas situações a vítima não tem provas do assédio sofrido e por esse motivo não realiza a denúncia. No entanto, conforme a cartilha desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para ser configurado assédio sexual não necessariamente é preciso haver contato físico e quanto às provas, a cartilha orienta que para provar o assédio sexual sofrido, podem-se utilizar e-mails, bilhetes, ligações, áudios, entre outros. Todavia quando a vítima não tem provas à cartilha explica que:

Diante da dificuldade de se provar o assédio sexual – que na maioria dos casos é praticado às escondidas – a doutrina e a jurisprudência têm valorizado a prova indireta, ou seja, prova por indícios e circunstâncias de fato. Por isso, as regras de presunção devem ser admitidas e os indícios possuem sua

importância potencializada, sob pena de se permitir que o assediador se beneficie de sua conduta oculta. (BRASIL, 2017, p. 16-17)

Nessa perspectiva, a questão 16 que tratava do interesse da universidade em solucionar o caso de assédio sexual obteve 146 respostas, em que somente 53 (36,3%) afirmaram que a universidade teve interesse em solucionar o caso denunciado, enquanto 93 (63,6%) responderam que não. Os dados obtidos dão a impressão de que a universidade na maioria das vezes não demonstra interesse em solucionar esses casos. Casos de assédio sexual no ambiente universitário são cada vez mais comuns, mas a maioria das instituições não faz ideia do que fazer. É importante que as universidades estejam preparadas para lidar com essas denúncias, que tenham um local específico para receber as denúncias e também profissionais capacitados para atender as vítimas. Além disso, deve haver uma punição para os(as) assediadores(as).

Na questão número 15 do questionário, que perguntava onde foi feita a denúncia, os locais mais mencionados foram: *coordenação do curso, delegacia da mulher, ouvidoria, diretoria e secretaria*. Destacamos também algumas respostas longas:

F72: *Eu não denunciei, mas outras alunas denunciaram na secretaria, e não deu em nada! Infelizmente! #Nojoooo.*

F77: *Foi feita na coordenação do campus, uma ata foi feita, porém eu não tive retorno.*

T130: *Para o meu companheiro.*

F198: *Não realizei a denúncia, pois a realidade em que vivemos é que sempre a culpa é nossa e acabamos sofrendo mais constrangimento devido ao fato que ninguém faz nada por nós.*

Vemos através das respostas que as vítimas não denunciam muitas vezes por já estarem desacreditadas de que algo será feito. E quando é feita a denúncia a vítima não tem nenhum retorno o que desestabiliza a pessoa e causa medo, insegurança, vergonha, entre vários outros sentimentos já mencionados.

É importante romper o silêncio e trazer a público os fatos ocorridos. Na UNIPAMPA a Ouvidoria deveria funcionar como canal de denúncias que tem como finalidade segundo o art. 2 da resolução n. 40 de 2011 “a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos, da comunidade externa e acadêmica, aqui denominados como cidadãos, recebendo suas dúvidas, reclamações, elogios, comentários, sugestões e denúncias” (UNIPAMPA, 2011, p. 1). Mesmo que seja difícil expor esse tipo de situação deve-se sempre fazer a denúncia para que cada vez menos casos de assédio sexual aconteçam no contexto universitário. Um dos motivos para não realizar a denúncia é a falta de provas e o medo, como podemos ver nas seguintes respostas:

F166: *Não denunciei, pois não tinha testemunhas, seria a palavra de um professor contra a minha. Não suportaria levar o caso adiante na delegacia da mulher, fazer a audiência e ver aquela cara odiosa negando tudo como se fosse um santo.*

M402: *Não, por falta de provas.*

F1059: *Eu tive medo, pois a pessoa é bem vista por todos e tem família, e tem dinheiro, e eu não sou nada.*

Em vários casos as vítimas preferem não denunciar para não serem expostas e sofrerem mais violência ao serem questionadas, como por exemplo: *O que você fez para isso acontecer?*, *Que roupa estava usando?*, comentários que remetem novamente à culpabilização da vítima e a cultura do estupro. Já em outros casos, as vítimas não denunciam por não terem provas e até mesmo por medo quando se trata de assédio sexual sofrido por alguém superior hierarquicamente, a vítima não se sente segura para denunciar, afinal na maioria das vezes os casos não são solucionados. Um dos motivos para que a denúncia não aconteça, talvez seja porque o assédio sexual não esteja bem definido e exemplificado para a comunidade acadêmica. Segundo Tânia Almeida (2017, p. 389) “as violências de gênero nesse ambiente não estão claras nem para quem sofre nem para quem as comete, diluindo-se em meras situações de sociabilidade diária entre colegas e em assédios ambíguos por parte de professores a alunas. São de difícil identificação e, conseqüente, dificuldade de enfrentamento e prevenção”.

4. Considerações Finais

A pesquisa possibilitou conhecer um pouco sobre as percepções das(os) discentes da UNIPAMPA acerca do assédio sexual no contexto universitário. Contamos com a participação de 1.151 discentes, representando 8,85% dos(as) 13.000 alunos(as) da instituição, esses participantes responderam um questionário *online* totalmente anônimo. Consideramos que o fato de o questionário ser *online* pode ter contribuído para que todos os campi da UNIPAMPA fossem representados, além disso, entendemos que o coleta de dados online pode ter possibilitado que os(as) participantes se sentissem à vontade para expor suas percepções e vivências.

O assédio sexual no contexto universitário é uma realidade, pois como percebemos 187 (16,2%) participantes afirmaram ter sofrido assédio sexual no ambiente universitário. Cabe destacar que a maioria é mulher e a maioria dos casos não são denunciados e quando são a universidade não demonstra interesse em solucionar esses casos, ou seja, não é dada a importância necessária para os casos de assédio sexual.

Nessa perspectiva, na última questão do questionário pedimos aos(as) participantes sugestões para tornar o ambiente universitário um espaço mais seguro e livre de assédio sexual. Para ilustrar destacamos algumas respostas:

F3: *Acho que uma das coisas que poderiam funcionar seria penalidades mais severas, como: expulsão do curso quando confirmado o abuso, câmeras instaladas por toda a universidade e vigilantes nos corredores.*

F23: *A conscientização e preparação de professores, porque muitas vezes o assédio acontece e a vítima não denuncia por medo de represália ou por que muitas vezes nada é feito. Geralmente o abusador está em uma hierarquia maior do que da vítima, como um professor. É válido também trazer para faculdade o debate sobre o machismo no ambiente. Muitos cursos são formados majoritariamente por homens e as aulas ministradas por homens (como é o caso do meu curso, geofísica) e muitas vezes me sinto subestimada e intimidada por certos professores pelo simples fato de ser mulher.*

M1129: *Trazer à tona pautas como estas a serem debatidas e trabalhadas dentro dos campi, com ações efetivas ao combate do assédio sexual. Que as direções e a reitoria não façam mais vistas grossas para os diversos casos que ocorrem pelos campi.*

F45: *A universidade precisa, promover confiança e credibilidade suficientes para que a vítima de um assediador de prestígio se sinta segura de que, se levar a denúncia até o fim, ainda terá uma carreira para onde voltar (e onde crescer) depois disso tudo. Só assim para quebrar a espiral do silêncio.*

M854: *Buscar esclarecer por meio de eventos científicos e pedagógicos uma nova maneira de ver as relações sociais, onde despertassem o desejo de construir uma nova ordem societária, livre de preconceitos de classe, de gênero, etnia, dentre outros. Identificar os agressores, e impor medidas de suspensão de seu direito acadêmico.*

T97: *A direção não ser omissa.*

NI946: *Campanha maciça e insistente que envolva toda a comunidade universitária (inclusive e principalmente professores) contra todo tipo de assédio (moral e sexual). Ambos são muito naturalizados, quem denuncia é considerado "radical", é ridicularizado, isolado. Enfim, a universidade, idealmente, era pra ser um ambiente de educação e não tenho me sentido em um.*

Dentre todas as respostas várias citaram, palestras, rodas de conversa, eventos, conscientização, cartazes, para que o assédio sexual seja cada vez mais visibilizado e assim possa ser combatido. Considerando os dados coletados, percebemos que precisamos promover cada vez mais a discussão crítica e reflexiva sobre o assédio sexual, para que as pessoas tenham conhecimento do que é o assédio sexual, entender que o assédio sexual acontece de várias formas, em diferentes situações e locais. Só assim, informando a sociedade é que conseguiremos visibilizar e combater o assédio sexual no contexto universitário e conseqüentemente estaremos diminuindo índices de assédio sexual em outros espaços.

Diversas estratégias podem ser desenvolvidas com o objetivo de combater o assédio sexual no contexto universitário. Para começar a mudar esse cenário, foi realizada na UNIPAMPA a *Semana de prevenção e combate ao assédio sexual* em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), que por meio de palestras, vídeos, atividades lúdicas, possibilitaram uma semana de discussão sobre o tema, para que os(as) universitários(as) pudessem ter um conhecimento mais amplo sobre o assunto e assim buscar minimizar casos de assédio na universidade. Outro exemplo de ações realizadas na instituição foram rodas de conversa e atividades desenvolvidas pelo Movimento Unipampa ElesPorElas (HeForShe), que tem como objetivo envolver homens e meninas na luta para igualdade de gênero.

Este mesmo projeto produziu através da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proext) uma cartilha intitulada *Violência de Gênero na Universidade* (UNIPAMPA, 2018), que traz orientações para o enfrentamento das situações de discriminação, assédio e violência de gênero nos campi da instituição, bem como, traz explicações sobre o que é violência contra as mulheres, tipos de violência e enfrentamento da violência contra mulheres na Universidade. Quando trata de assédio sexual na

universidade a cartilha traz que a denúncia pode ser feita por meio de diversas instâncias da Universidade, por exemplo, Ouvidoria, Comissão de Ética (COE), Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) ou Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) (UNIPAMPA, 2018).

Apesar de existir várias instâncias em que a denúncia pode ser realizada, através dos dados obtidos percebemos que vários casos de assédio sexual não são denunciados e quando são quase nunca há um retorno da universidade ou punição para o(a) assediador(a).

Precisamos desconstruir vários pensamentos que alimentam a cultura do estupro e, conseqüentemente, levam ao assédio sexual, para isso essa desconstrução deve começar desde a Educação Básica, pois como discutimos no texto, os homens são ensinados desde crianças a reproduzir práticas machistas e a justificar suas ações como sendo algo normal e as mulheres são ensinadas a aceitar e naturalizar essas ações.

Os dados obtidos com a realização da presente pesquisa evidenciam que precisamos falar sobre o assédio sexual no contexto universitário, pois o assédio sexual está presente na universidade, muitas vezes de forma romantizada e naturalizada. Precisamos falar, pois a partir do momento em que as pessoas entenderem com mais clareza o que é o assédio, como ele se configura, em quais situações acontece e como e onde denunciar é que fará diferença em nossa sociedade. Se formos educados desde cedo para respeitar e não violar a opinião e consentimento do próximo, teremos mais facilidade em entender um *não* e, conseqüentemente, menos casos de assédio irão ocorrer.

Devemos falar sobre consentimento, falar sobre a luta feminista para que as mulheres tenham o direito de dizer não. Defendemos, como educadoras, que somente com a educação é que vamos conseguir aos poucos mudar essa realidade que afeta a vida de várias pessoas, em especial às mulheres. Devemos lutar para que cada vez mais esse assunto seja tratado com sua devida importância e para que medidas sejam tomadas e as devidas punições sejam designadas aos(às) assediadores(as).

5. Referências

ACTIONNAID. Na Mídia. Disponível em: <http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/> Acesso em: 09 set. 2018.

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. P. 25-30.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. P. 384-399.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. P. 14-35.

BRASIL, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BRASIL. *LEI Nº 10.224, DE 15 DE MAIO DE 2001*; que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm#art216a>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Assédio moral e sexual: previna-se*. Brasília: CNMP, 2016. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/assedio-moral-e-sexual.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018/IBGE*. Coordenação de População e Indicadores Sociais- Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. *Distribuição da população, por cor ou raça*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Geral do Trabalho; Organização Internacional do Trabalho. *Assédio sexual no trabalho: perguntas e respostas*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_559572.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. *LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Manuel Castells; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CITE – Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego. *Conceito de assédio sexual*. Disponível em: <<http://cite.gov.pt/pt/acite/dirdevtrab005.html>>. Acesso em: 6 mai. 2019.

HAMPE, Fernanda. Sejam@s feministas: interseccionalidade, educação e direitos humanos. In: SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima (Orgs.). *Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação*. São Leopoldo: Oikos, 2016. P. 17-32.

HARRIS, Leila Assumpção. Imagens de violência contra a mulher na literatura *chicana* contemporânea. In: STEVENS, Cristina et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. P. 267-282.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. 2015. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

MUNIZ, Diva Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVENS, Cristina et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. P. 36-49.

SOUSA, Renata Floriano. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra as mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n.1, p.9-29, jan/abr. 2017.

SWAIN, Tania Navarro. O patriarcado *rides again*. In: STEVENS, Cristina et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. P. 50-65.

THINK OLGA. *Chega de fiufiu: resultado da pesquisa*. 2013. Disponível em: <<https://olga-project.herokuapp.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>> Acesso em: 26 jun. 2018.

THINK OLGA. *Estupro: a culpa nunca é sua*. 2018. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/06/05/estupro-a-culpa-nunca-e-sua/>>. Acesso em 11 abr. 2019.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 7.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

UNIPAMPA. *Plano de Dados Abertos 2017-2018*. Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/plano-dados-abertos-unipampa.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2019.

UNIPAMPA. *Violência de gênero na universidade: Onde buscar ajuda? Conheça seus direitos*. 2018. Disponível em:

<<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proext/files/2018/12/cartilha-unipampa-proext-violencia-de-genero-na-universidade-1.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

UNIPAMPA. *RESOLUÇÃO N. 40, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011*. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ouvidoria/files/2012/11/Res.-40_2011-Instala%C3%A7%C3%A3o-da-Ouvidoria-da-UNIPAMPA1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.